



MARFA LUIZA TUCCI CARNEIRO

Negros, loucos negros



Vagabundos, prostitutas, pobres, loucos e leprosos sempre foram personagens presentes na nossa história, mas ausentes dos trabalhos historiográficos. Ficaram esquecidos, considerados temas secundários pelos pesquisadores preocupados em interpretar a história dos vencedores ou em traçar o perfil das elites aristocráticas.

Assim, o universo do mundo marginal, com dinâmica própria organizada ao nível do cotidiano e espoliado pelas esferas do poder, ainda está por ser descoberto pelos historiadores contemporâneos. Raros são os trabalhos elaborados com o objetivo de conhecer - do ponto de vista da História Demográfica, da História Social e das Mentalidades - esta categoria periférica, anti-revolucionária e "despojada de tradição". Múltiplas são as dimensões do significado deste mundo marginal onde a marca dos estigmas se entrecruzam envolvendo, numa só trama, o mendigo, o louco, o negro, o leproso, o desajustado e a prostituta.

Estes, além de vítimas, foram transformados em "perigos" e classificados de "desviantes" pela sociedade. Como muito bem lembrou Marie-Ghislaine Stoffles, em seu trabalho *Os Mendigos na Cidade de São Paulo* "a manutenção da ordem exige a manutenção do desvio: é aqui que intervém a instituição" (1). Ou seja, o indivíduo passa a ser rotulado como portador de desvios inaceitáveis, não condizendo com o modelo imposto pelo grupo dirigente responsável pela manutenção da ordem (2). Neste sentido, as instituições de caridade, os asilos-manicômios e prisões funcionam como entidades normalizadoras, mantendo em espaços ditos apropriados as categorias "desclassificadas e perigosas" à ordem instituída. Estas instituições transformam-se em responsáveis pela persistência desta exclusão social, expressando-se através da dicotomia doente/sadio, mendigo/trabalhador, honesto/bandido, louco/normal. Combatem-se os males, mas não as causas (3).

Num mesmo círculo são colocados a miséria, a pobreza, a epilepsia, a lepra, o vício, o crime, a negritude e tantos outros "pecados capitais". Cobram-se atitudes e não responsabilidades. E responsável foi a escravidão pelo grande número de negros e mulatos indigentes que subsistiram à margem da economia brasileira; espécies de

mortos-vivos, habituados à fome, à miséria e aos castigos corporais. Em muitos casos, ser livre ou escravo não mudava a situação de vida. A fome e o abandono os levavam ao vício, ao crime ou à loucura. As condições insalubres e os maus-tratos favoreciam as doenças e a mortificação do eu.

Nos últimos anos da escravatura no Brasil poucas foram as alternativas de trabalho e de vida oferecidas ao ex-escravo (negro ou mulato) transformado em pária, estigmatizado pela classe e pela cor. Em 1871, um deputado nacional da Bahia afirmava que:

"A estimativa de 5% de diminuição anual da população de escravos no Brasil era uma condição anormal, com suas raízes nas precárias condições sociais e higiênicas da população escrava" (4).

MARIA LUIZA TUCCI CARNEIRO é professora do Departamento de História da FFLCH-USP e autora de, entre outros livros, *Racismo: Mito e Realidade* (Editora Ática).

Comunicação apresentada no Congresso Internacional Escravidão realizado pelo Departamento de História da USP em 1988. Documentação arrolada junto ao Arquivo Público do Estado da Bahia-APEB com a colaboração do prof. dr. Fernando da Rocha Peres, da UFB.

- 1 M. G. Stoffles, *Os Mendigos na Cidade de São Paulo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 99.
- 2 Ver E. M. Lemert, *Human Deviance, Social Problems and Social Control*, New York, Prentice-Hall, inc. Englewood Cliffs, 1972.
- 3 M. G. Stoffles, op. cit.: M. Foucault, *História da Loucura*, São Paulo, Perspectiva, 1987; E. Goffman, *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Perspectiva, 1974.
- 4 "Discussão da reforma do estado servil na Câmara dos Deputados e Senado", 2 vol., Rio de Janeiro, 1971, pp. 193-4, apud R. Conrad, *Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil: 1850-1888*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1975, p. 37.
- 5 Idem, p. 37.
- 6 M. R. Nogueira da Silva, *Negro na Rua e Nova Face da Escravidão*, São Paulo, Hucitec, 1988, p. 157.



Contestando as teorias raciais importadas da Europa e que circulavam no Brasil, o mesmo político argumentava que a diminuição da população escrava não era consequência da inferioridade da raça negra. E, expressando certa precocidade de opinião, atribua à escravidão as responsabilidades por tal situação (5).

Abandonado à sua própria sorte, o negro livre acabava por se confundir com as bordas do mundo marginal que não lhe oferecia melhores opções, além do servilismo e de atividades esporádicas. Alternando mendicância com trabalho temporário, os ex-escravos mergulhavam neste mundo surdo, superpondo a máscara de mendigo à de louco, velho ou doente. Trabalhando em precárias condições, o negro apelava para os roubos, as fugas, as agressões, os assaltos e as bebedeiras, como muito bem demonstrou Maria Rosa Nogueira e Silva, em seu estudo *Negro na Rua* (6).

Desta forma, o negro livre, mendigo, espoliado e doente significava *perigo* nas ruas das cidades. Como verdadeiros ambulantes disfarçavam a mendicância e, como mendigos, confundiam-se com os loucos, os leprosos, os epiléticos e mandingueiros. Quando não se transformavam em caso de polícia, acabavam internados como loucos, alienados mentais. Ou iam para a cadeia, ou então eram levados para os asilos das casas de misericórdia.

Ao estigma da cor da pele somavam-se outros atributos negativos. A pele marcada pelas doenças colaborava para a configuração de uma imagem estereotipada, arcando com as seqüelas do raquitismo, da sarna, da elefantíase, dos furúnculos, da erisipela ou de bexiga.

Identificados pelo seu modo de vida desregrado e complexo, estes indivíduos traziam uma imagem manchada, aparentemente desconectada com o mundo do trabalho e com o ritmo da vida urbana (7). É justamente este universo que nos interessa desvendar, apoiando-nos na documentação do Asilo dos Alienados São João de Deus, fundado em Salvador em 1874. Duas instituições similares funcionaram, concomitantemente, no Rio de Janeiro e São Paulo. Raras são as pesquisas historiográficas desenvolvidas sobre este tema, sendo que ainda necessitamos de aprofundados estudos que englobem o saber médico. De suma importância para o reconhecimento deste mundo é a análise dos diagnósticos, documentos expressivos do modo de tratar, de

olhar o louco e de classificar a sua loucura (8).

Pelo Asilo dos Alienados São João de Deus passaram Romana, Maria, José da Encarnação, Sebastião, Rita, Joana e tantos outros que, além de mendigos descendentes de negros africanos, foram classificados de alienados, desvairados. Pobres e indigentes compunham diariamente a "Relação dos Mendigos Loucos" (9).

Partimos do particular: o negro indigente, sofrendo de imbecilidade, de moléstia mental, de epilepsia ou demência parálitica. Saído do submundo das ruas de Salvador, era jogado para o mundo escuro das salas do asilo, entregue às mãos de Deus.

Assim, este nosso tempo é o do negro duplamente isolado: primeiro pela sociedade escravocrata e, depois, pelas muralhas do asilo. O estigma também é duplo: *negro e louco*. Na mágica Salvador de todas as raças, o negro era maioria na base da pirâmide social. Mas, naquela sociedade governada pelo homem branco, o cotidiano era racista (10). As listas dos internados do Asilo dos Alienados São João de Deus se apresentam como uma radiografia social daqueles tempos. De vinte e dois nomes de "pacientes" apenas um era de cor branca. Todos classificados como livres e solteiros, sem patrão e sem família. A diferença entre um e outro estava apenas na variação de cor e nacionalidade: preto ou pardo, africano ou brasileiro. Muitos destes negros livres representavam, para a sociedade brasileira (machista, elitista e racista), um elemento incômodo, indesejável.

Quando livres, continuavam ignorados e maltratados, tentando sobreviver por conta própria.

Como homens livres, não atendiam mais aos objetivos da sociedade que identificava o trabalho servil com o trabalho escravo. O negro livre era um pária, pois o mundo do senhor branco não previu oportunidades para equilibrar as necessidades e atender aos objetivos dos ex-escravos de maneira eficiente. Desajustado e despojado de sua "condição de escravo", sem diretrizes, ele não condizia com o modelo de "homem normal" imposto pelo homem branco que monopolizava a vida econômica do país.

Tanto o campo como a cidade estavam infiltrados de vagabundos e indigentes. O negro, quando conseguia um trabalho, era mal pago e identificado com a escravidão. Dedicava-se a cuidar do gado e das plantações, atendia nas vendas ou, então, servia

7 L. H. Gutierrez. "Mendigos y Vagabundos". in *La Marginalidad: Cuadernos de Historia Popular Argentina*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1986, tomo 3, pp. 1-20.

8 O assunto em questão mereceu uma monografia em nível de mestrado em Saúde Comunitária intitulada *O Asilo dos Alienados São João de Deus 1874-1912*, por Sérgio Borges Bastos, Salvador, UFB, 1985. Entretanto, neste trabalho - apesar de fundamentado em farta documentação - a questão do negro livre se perde no contexto da história da instituição analisada como um todo.

9 Ver *Livros de Offícios de Internamento, Asilo São João de Deus 1875-1877*, Salvador, Arquivo Público Estadual da Bahia.

10 Segundo Kátia Mattoso a população de Salvador em 1872 era de 33.672 brancos (equivalente a 31,1%) e de 74.466 de gente de cor, ou seja, mulatos, negros e caboclos (68%). Esta situação sensibilizou o viajante estrangeiro que, passando pelas ruas, observava a população negra em sua maioria como um fenômeno exótico. Ver Mattoso, *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*, São Paulo, Companhia CNPq, 1988.

como artesão, barqueiro, mascate ou carregador. Sobrevivia de pequenos serviços, dedicando-se ao trabalho marginal da economia; trabalho este desprestigiado pelo branco que não ocupava este espaço por seus valores elitistas. Os limites das fronteiras entre um e outro eram impostos pelas regras do sistema escravocrata (11).

Robert Conrad, em sua obra *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, lembra que havia milhões de negros "que viviam no barbarismo parcial ou completo, raramente trabalhando, habituados às privações e à miséria" (12). Neste sentido, inúmeros são os depoimentos daqueles que passaram por este Brasil-escravo e sensibilizaram-se com tal situação. Em 1832, o Pe. Feijó, ministro da justiça do Brasil, alertava para a vida precária que caracterizava o cotidiano dos negros emancipados, alugados a pessoas físicas:

"Impondo-lhes também um trabalho excessivo ou negando-lhes o sustento estritamente necessário para a conservação da vida, podiam encurtar excessivamente suas existências e tornar suas condições mais precárias e desesperadas do que as dos próprios escravos" (13).

Da mesma forma como Feijó, Perdígão Malheiro chamou a atenção para esta situação em que viviam os negros livres. Lembra que a eles era negada a "educação moral e religiosa, além da proteção que a lei lhes garantia" (14). E James Hudson, ministro britânico, no Rio de Janeiro, sensibilizado com os libertos denominou-os de:

"(...) muito infelizes...maltratados, mal alimentados, espancados sem misericórdia e sem razão vendidos com certidões falsas, afirmando sua morte..." (15).

Na maioria das vezes, o negro livre e indigente trazia para a cidade insegurança e medo, da mesma forma que, quando na condição de escravo velho e doente, trazia para o senhor despesas, responsabilidades e raros lucros. Nos dois casos a solução apresentada era a cadeia ou o asilo-hospício. Em Salvador, quando não eram abandonados pelas ruas da cidade, eram recolhidos pela polícia e encarcerados nas prisões da Casa de Correção. Ali, doentes, sem cuidados da medicina, confundiam-se com ladrões e criminosos.

Se loucos, eram encerrados no Hospital S. Christovan da Santa Casa de Misericórdia, em salas subterrâneas, úmidas e insalubres, onde mal penetravam o ar e a luz (16). Estes cubículos - conhecidos como "casinha dos loucos" - foram construídos em 1706 aproveitando o declive do terreno entre o contorno e a borda do barranco que sustenta a Cidade Alta de Salvador (17).

Em 1833, o Hospício S. Christovan da Santa Casa de Misericórdia foi transferido para o prédio do antigo Colégio dos Jesuítas que, reformado, passou a abrigar os doentes atacados de sífilis, bexiga, inválidos e alienados. Nem por isso as condições de alojamento e assistência médica aos loucos melhoraram. Os loucos passaram a ser enclausurados em dez quartos escuros

"(...) verdadeiras furnas, úmidas e sombrias, cavadas na própria rocha, guarnecidas de grades de ferro, grotas infectas, situadas em subterrâneos" (18).

Neste período, adotou-se a prática de transferir os insanos para o Asilo D. Pedro II, no Rio de Janeiro, considerado como "o maior e mais requintado hospício para loucos do país". Inaugurava-se, segundo Sérgio Bastos, um verdadeiro "tráfico de loucos" (19), relembando a cena da *Nau dos Loucos*, pintada por Jerônimo Bosch em alusão àqueles insanos que, durante a Idade Média, vagavam de porto em porto pela velha Europa que os repudiava. Foucault faz referência a este quadro recuperando o valor documental da iconografia fantasista do século XIV, delineada pelas imagens de um universo enlouquecido, delirante (20).

Este exílio forçado de loucos no Brasil durou até 1874, quando então foi inaugurado o Asilo dos Alienados São João de Deus, concebido como núcleo regional atendendo às províncias do Nordeste. Ali, o louco "deixaria de ser tratado como uma fera em sua jaula" pois, segundo o médico-diretor dr. Demétrio Cyrano Tourinho,

"(...) o asylo de *São João de Deus*, modelado pelos da Europa não deveria ser prisão do condenado, nem o pateo dos animaes ferozes" (21).

A partir destas considerações alguns aspectos nos chamam a atenção ao analisarmos a documentação referente ao cotidiano do Asilo de Alienados São João de Deus:

1) O fato da maioria dos internados se-

11 C. N. Deglar, *Nem Preto, nem Branco*, trad. Fanny Wrober, Rio de Janeiro, Ed. Labor, 1978, p. 56.

12 R. Conrad, op. cit., p. 52.

13 *Relatório do Exmo. Ministro da Justiça*, Rio de Janeiro, 1832, p. 3, apud R. Conrad, op. cit., p. 57.

14 Perdígão Malheiro, *A Escravidão*, II, pp. 70-2.

15 R. Conrad, op. cit., p. 57.

16 S. Bocanera Junior, *Bahia Cívica e Religiosa*, Bahia, Governo Municipal, 1926, p. 351.

17 S. B. Bastos, op. cit., p. 3.

18 *Bahia Histórica: Reminiscências do Passado, Registro do Presente*, Bahia, Typ. Bahiana, 1921, pp. 233-4.

19 S. B. Bastos, op. cit., p. 6.

20 M. Foucault, op. cit., pp. 21-2.

21 S. B. Bastos, op. cit. Nota: a fundação deste asilo para alienados foi proposta pela primeira vez em 1863 pelo Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da província. Um ano depois se fez o primeiro ato legislativo: a Lei Provincial nº 950 que autorizava o governo da província a despendar a quantia necessária para a criação do asilo, estendendo-se a administração para a Santa Casa de Misericórdia. Somente em 1869, com a Lei nº 1089 é que o governo foi autorizado a comprar o prédio da Boa Vista, ficando a Santa Casa incumbida da fundação e administração. Durante anos o assunto foi tratado com avanços e recuos numa verdadeira "batalha parlamentar", conforme S. B. Bastos. O Asilo São João de Deus somente foi inaugurado em 24/5/1874.

rem negros, mulatos ou pardos livres, variando a idade de 21 a 40 anos. Segundo anotações efetuadas na coluna de "observações", a maioria foi encontrada vivendo em alto grau de mendicidade e debilitados fisicamente.

A título de ilustração tomamos como exemplo dados contidos em um relatório administrativo datado de 31 de maio de 1878 que, apresentando um balanço geral do número de internados, declara que dos 107 asilados, apenas 11 possuíam idade entre 10-20 anos e 61-60 anos. Os outros 96 internados variavam de 21-60 anos conforme podemos observar no quadro abaixo:

Nº DE ASILADOS	IDADE
40	21 - 30
29	31 - 40
18	41 - 50
9	51 - 60

Dos 96 asilados, cerca de 36 eram de cor preta (sendo 9 africanos) e 31 mulatos e pardos, superando o número de brancos. Quanto ao estado civil, o relatório aponta que, dentre os 107 asilados, 88 eram solteiros e 12 casados (22).

2) Em muitos casos a carta de alforria havia sido dada no momento do internamento como "remuneração aos bons serviços prestados pelo escravo". Com uma *declaração de pobreza* emitida pelo chefe de polícia e mediante a *carta de liberdade*, o proprietário deixava de ter qualquer responsabilidade sobre o escravo, agora doente e improdutivo (23).

Assim aconteceu com Evaristo (apenas Evaristo!) que sofria de epilepsia incurável e cujo caso mereceu algumas linhas a mais:

"Epiléticos, idiotas, dementes e maníacos, são para eles que se erguerão os hospitais de alienados. Esse homem nasceu escravo, e tendo-se-lhe declarado epilepsia, talvez por isso, tenham-lhe passado a carta de liberdade" (24).

Pelos distúrbios praticados, Evaristo fora expulso de sua casa ficando sem abrigo. A sociedade cobrava-lhe atitudes de "homem

normal". E, questionando esta situação, o médico comentou:

"Que hábitos e comportamentos pode manifestar quem nasceu na escravidão, nunca tendo recebido cultura física, nem nome?" (25).

Da mesma forma aconteceu com o escravo africano Eneas, que ao ser internado recebeu sua carta de alforria assinada pelo Comendador Manoel José de Figueira Leite:

"... que se digne mandar fazer os averbamentos necessários afim de que o seu antigo senhor não seja considerado em responsabilidade para com a Santa Casa..." (26).

Nos textos oficiais são constantes as justificativas acerca do grau de pobreza do enfermo que, negro liberto, nunca tinha recursos para satisfazer as despesas efetuadas com seu internamento. *Estado de alienação* convive, quase sempre, com o *estado de pobreza*. Diariamente mendigos de condição livre eram recolhidos ao asilo "por sofrer de imbecilidade" (27), além de estarem em péssimas condições físicas. Maltratados, muitos apresentavam ferimentos e lesões corporais conseguindo sobreviver por poucos dias.

Ao grande número de cartas de liberdade e atestados de pobreza somam-se os *atestados de óbito*. O tempo de vida dos negros, mulatos e pardos era curto. Afirmou um médico em seu relatório datado de 1878:

"A muitos alienados tive que restaurar as forças físicas antes de tratar da moléstia mental" (28).

Neste estado foi recolhido ao asilo o africano liberto de nome Jeremias que, segundo a guia de internamento,

"...poucos dias poderia viver... apresentava uma ferida crônica com as bordas gangrenadas no couro cabeludo e com grande infiltração nos membros inferiores" (29).

Sofriam de "imbecilidade" de "alienação mental", de "moléstia mental, de demência paralytica", mas morriam de enterocolite, de diarreia, de alcoolismo, de lesão orgânica do coração, de doenças pul-

22 Relatório Administrativo, Asilo São João de Deus, Salvador, 31/5/1875, p. 33 e APEB, cf. *Relatório dos Mendigos Remetidos do Asilo de Mendicidade, e que existem no Asilo de São João de Deus até 30/04/1877*, Salvador, 3/5/1877, Asilo São João de Deus, APEB.

23 Cf. Livro de Offícios Diversos 1873-1877, Asilo São João de Deus, 25/10/1871.

24 "Atestado Médico sobre o Crôulo Evaristo", Asilo São João de Deus, Salvador, 17/6/1876.

25 Idem.

26 Livro de Offícios Diversos 1873-1877, Asilo São João de Deus, Salvador, 08/4/1874, APEB.

27 Cf. a seguinte amostragem: Lucinda Clara, Livro 1875-1878, 1/6/1875; João Baptista de Castro, Livro 1876-1877, 11/4/1877; Ernestina Moreira da Conceição, Livro 1876-1878, 27/1/1877, in *Offícios de Internamento*, Asilo São João de Deus, Salvador, APEB.

28 Relatório Administrativo, Asilo São João de Deus, Salvador, 31/5/1878, APEB.

29 Joaquim, africano liberto, Offícios de Internamento, Asilo São João de Deus, Salvador, 13/3/1879, p. 49, APEB.

monares, etc. E as condições físicas e higiênicas do asilo em nada colaboravam no sentido de restaurar as forças daqueles que traziam na pele as marcas da escravidão. Os quartos de reclusão pecavam pela insalubridade que favorecia as doenças do pulmão, beribéri, diarreia e estados de “febre intermitente”.

Em 2 de junho de 1878, o diretor-médico do Asilo comunicava ao escrivão da paz da Freguesia de Brotas:

“Participo a V.S.... ter falecido hoje as ... horas da manhã o pardo livre João Silvestre Roiz da Costa com vinte sete annos de idade, caldeireiro natural da Bahia... Foi recolhido a este asylo soffrendo de manomania homicida e morreu de beribéri aguda...” (30).

No dia seguinte registrava-se outro caso semelhante:

“Participo a V.S. que temos mais um caso de beribéri aguda. O pensionista João Dias Pereira ainda hontem passeiou na roça, já nem se pode ter de pé. Meu rapaz que servia teve no sabado passado acesso intermitente com caracter pernicioso...” (31).

Refletindo sobre estes fatos, comuns ao cotidiano do asilo, o diretor-responsável chamou a atenção do mordomo da Santa Casa de Misericórdia:

“Pelo exposto bem pode V.S. ver que cada vez se torna mais assustador o estado sanitário d’este estabelecimento, principalmente já o desânimo a apparecer entre os empregados, ameaçados de uma moléstia que quasi sempre incurável... Aguardo com impaciência resposta de V.S....” (32).

As moléstias diagnosticadas eram, na maioria das vezes, estranhas ao estado mental dos loucos internos. Num total de 107 asilados, cerca de 101 estavam acometidos de doenças que pouca relação tinham com o “estado de loucura” diagnosticado. Fazendo um relato desta situação deplorável, o médico diretor apontou 48 casos de febres paludosas, ou seja, quase metade dos casos de moléstias intercorrentes. De uma amostragem de 48 doentes, 46 foram acometidos de febre intermitente, 1 de febre perniciososa e 1 de “cachaiza palustra”. Deste

total registraram-se 4 óbitos, fato que levou-o a concluir que:

“Em um estabelecimento destinado a residência compulsória de indivíduos a quem se promete a *saúde de espirito sem prejuizo do corpo*, onde elles, pelo contrario, *arriscam ambas e a própria vida*, esse estabelecimento não se deve considerar habitável...” (33).

Ali os alienados ficavam abandonados às suas próprias sortes vivendo em verdadeiro estado de alienação e ociosidade, sem quem os orientasse para o trabalho, agravando ainda mais o estado de fraqueza ou exaltação mental em que se encontravam (34). Se fracos estavam, mais fracos ficavam ao permanecer no asilo. Os diagnósticos médicos pouco esclarecem sobre os sintomas e suas causas. Os questionários são superficiais, padronizados e mal respondidos: meras formalidades. Confundia-se ataque epilético com loucura ou com debilidade física, decorrente do estado de abandono em que os insanos sobreviviam à margem da sociedade (35).

Alguns indivíduos eram internados como loucos pelo simples fato de estarem delirando em decorrência de febre alta. Assim, em 23 de abril de 1878, o guarda Cláudio da Rocha e Souza, do arsenal da Marinha, acompanhou uma migrante do Ceará carregada em padiola, alegando ter estado com a referida doente no Hospital da Misericórdia que se negou a recebê-la “por ser louca”. O médico do asilo, assumindo a internação, assim se explicou:

“Examinei a doente embora conhecesse que não era louca porém delirante por sofrer de uma febre de caracter abnâmico fil-a recolher sob minha responsabilidade”.

Delirantes ou loucos, velhos ou jovens, negros ou mulatos, indigentes ou ex-escravos, todos simbolizavam uma ameaça para os “homens de juízo”. Desimpedindo as ruas dos “insanos” e isolando-os em instituições apropriadas, transferiam-se responsabilidades confundindo-se duas realidades: a do debilitado físico/doente e a do louco/insano mental; ou ainda, confundindo-se “conduta anormal” com “insanidade mental”. Como *slogan* de fachada o nome de Deus, o ato de caridade e o espírito de misericórdia.

Através da instalação de instituições do

30 Livro de Offícios de Internamento de Doentes (1877 a maio de 1879), Asilo São João de Deus, Ofício nº 332, 2/6/1878, APEB.

31 Relatório Administrativo (out. de 1877 a maio de 1878), Asilo São João de Deus, Salvador, 18/6/1879, p. 34, Livro de Offícios de Internamento de Doentes, Asilo São João de Deus, APEB.

32 Idem, p. 34 v.

33 Idem, p. 36.

34 Idem.

35 Questionários, Questões a quem tem de satisfazer os Facultativos assistentes ou Consultantes nos atestados... Salvador, APEB, Registro nº 314, Salvador, 23/4/1878, p. 25 v., in Livro de Offícios de Internamento (out. de 1877 a maio de 1879), Asilo São João de Deus, APEB.

tipo Asilo dos Alienados São João de Deus configurava-se uma forma burguesa de se ordenar o mundo da miséria produzido pela sociedade escravocrata. Internando o pobre negro como louco cumpria-se com os deveres de assistência, de obrigação moral e de sensibilidade diante do desemprego e da ociosidade. Portanto, a reclusão do negro como alienado mental funcionou como uma forma de *mecanismo social* que permitiu ao senhor-branco, elitista e racista, eliminar da sociedade os elementos rotulados de “perigosos” e “nocivos”. Classificando o negro de “insano” institucionalizava-se não somente a sua exclusão como também o papel positivo da organização moldada por valores cristãos.

O estudo comparativo do cotidiano dos hospitais e asilos da Santa Casa de Misericórdia dos séculos passados com os atuais nos possibilita identificar o equilíbrio das forças sociais. Em fins do século XIX percebemos transformações ideológicas que se expressam através de uma dinâmica apropriada.

Os postulados caritativos são abandonados e substituídos por outros, adequados aos “tempos da modernidade”.

Os estudos históricos, e principalmente aqueles que têm o louco, o leproso ou o aidético como objeto de pesquisa, são de transcendental importância cultural. Expõem, através da análise dos diagnósticos e das profilaxias, as diferentes interpretações do mundo, da vida e da sociedade. Expressam,

nas entrelinhas, os pactos sociais, as inquietações individuais, os estigmas e as propostas alternativas de exclusão (36).

Os hospitais, as penitenciárias; os orfanatos, as instituições religiosas e escolares oferecem um arsenal excepcional para a investigação histórica preocupada em analisar o exercício da repressão e a prática do racismo. Lembraria aqui uma frase bastante significativa de Erasmo de Roterdã registrada em seu *Elogio da Loucura*, escrito em 1509. Colocando suas palavras na fala da personagem Loucura, o monge de Anderlecht não se preocupou em ocultar suas críticas à sociedade:

“Eu seria a mais louca das loucas e razão teria Demócrito para me troçar, se continuasse a enumerar as loucuras e a insensatez que reinam entre o povo. Volto aos que, entre os mortais, têm a aparência da sabedoria e cobiçam, como eles dizem, o ramo de ouro” (37).

É neste sentido que deixamos em aberto a proposta de se estudar, com mais detalhes, este mundo da loucura e da miséria que, nos bastidores do século XIX, confundia-se com o mundo marginal da sociedade escravocrata. A análise dos testemunhos expressivos do cotidiano dos *asilos de alienados* ou dos *hospitais* deve ser considerada pelo historiador como o estudo da projeção coletiva das contradições que caracterizam a história do homem e da sociedade.

36 Sobre esta proposta de abordagem ver L. L. Linhares, *Ideologia Médica, Sanidad y Sociedad*, Madrid, Akal Ed., 1982.

37 Erasmo de Roterdã, *Elogio da Loucura*, tradução, prefácio e notas de M. Isabel Gonçalves Tomás, Portugal, Publicações Europa-América, 1973, p. 89.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, S. B. *O Asilo dos Alienados São João de Deus (1874-1912)*. Salvador, Dissertação de Mestrado em Saúde Comunitária, UFB, 1985 (mimeo).
- BOCCANERA JUNIOR, S. *Bahia Cívica e Religiosa*. Bahia, Governo Municipal, 1926.
- . *Bahia Histórica: Reminiscências do Passado, Registro do Presente*. Bahia, Typ. Bahiana, 1921.
- CONRAD, R. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
- DEGLER, C. N. *Nem Preto, nem Branco*. Trad. Fanny Wrober, Rio de Janeiro, Ed. Labor do Brasil, 1976.
- ERASMO DE ROTERDÃ. *Elogio da Loucura*. Tradução, prefácio e notas de M. Isabel Gonçalves Tomás, Portugal, Publicações Europa-América, 1973.
- FOUCAULT, M. *História da Loucura*. Trad. João T. Coelho Neto. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- GÜTIERREZ, L. H. “Mendigos y Vagabundos”, in *La Marginalidade, Cuadernos de Historia Popular Argentina*. Buenos Aires, Centro Editor da América Latina, 1986, tomo 5, pp. 1-20.
- HEERS, J. *Festas de Loucos e Carnavais*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.
- LEMERT, E. M. *Human Deviance, Social Problems and Social Control*. New York, Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliff, 1972.
- LINHARES, J. L. *Ideologia Médica, Sanidad y Sociedad*. Madrid, Akal Ed., 1981.
- MATTOSO, K. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo, Corrupio, CNPq, 1988.
- STOFFLES, M. G. *Os Mendigos na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.